Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Papirus Indústria de Papel S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Papirus Indústria de Papel S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Papirus Indústria de Papel S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Papirus Indústria de Papel S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417, 11º, Curitiba Trade Center,
Curitiba, PR, Brasil, 80410-180
T: +55 (11) 4004-8000

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Outros assuntos - Reapresentação de cifras comparativas

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.6 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Carlos Peres
Signed By: Carlos Alexandre Peres:11681406845
CPF: 11681406845
Signing Time: 29 de julho de 2026 | 19:14 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Issuer: AC SyngularID Multipla
[illegible]

Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Papirus Indústria de Papel S.A.

Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado Nota 2.6	01/01/2024 Reapresentado Nota 2.6
Ativo circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	59.177	97.070	69.932
Clientes	4	121.958	101.554	97.717
Estoques	5	55.039	48.728	38.726
Créditos Fiscais	6.1	5.453	5.165	4.542
Outros Créditos		1.542	2.919	1.020
Despesas do Exercício Seguinte		2.088	2.586	2.204
		245.257	**258.022**	**214.141**
Ativo não circulante				
Realizável a Longo Prazo		**15.819**	**39.948**	**73.657**
Títulos e Valores Mobiliários				9.961
Depósitos Judiciais	7	3.040	2.678	4.482
IRPJ e CSLL diferidos	6.2	11.622	14.754	20.061
Créditos Fiscais	6.1	-	20.838	36.919
Outros Créditos	8	1.157	1.678	2.234
Outros Investimentos		**100**	**100**	**100**
Imobilizado	9	**209.754**	**207.449**	**205.937**
Intangível	12	**1.990**	**2.334**	**2.165**
		227.663	**249.831**	**281.859**
Total do ativo		**472.920**	**507.853**	**496.000**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Papirus Indústria de Papel S.A.

Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado Nota 2.6	01/01/2024 Reapresentado Nota 2.6
Passivo circulante				
Empréstimos e Financiamentos	13	5.499	5.758	5.924
Fornecedores	18	45.276	39.370	34.022
Obrigações Sociais	14	8.882	8.166	7.921
Obrigações Tributárias	15	14.090	15.747	22.554
Contas a Pagar		3.051	2.614	4.049
Benefício Pós Emprego Assist. Médica	16	1.496	1.621	1.675
Dividendos a Pagar	20	-	50.596	35.508
		78.294	**123.872**	**111.653**
Passivo não circulante				
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	1.978
Provisão para Contingências	17	1.224	1.114	1.644
Obrigações Tributárias	15	92.294	111.608	198.790
Benefício Pós Emprego Assist. Médica	16	14.837	16.633	21.222
		108.355	**129.355**	**223.634**
Patrimônio líquido				
Capital Social	19	217.665	10.046	10.046
Reserva Legal		1.974	2.009	2.009
Reserva de Lucros	21	13.799	187.356	93.338
Reserva de Reavaliação		52.833	55.215	55.320
		286.271	**254.626**	**160.713**
Total do passivo		**472.920**	**507.853**	**496.000**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Papirus Indústria de Papel S.A.

Demonstração do resultado do exercício
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Receita de contratos com clientes	**22**	554.675	525.992
Custo dos produtos e serviços vendidos	**23**	(449.621)	(404.374)
LUCRO BRUTO		**105.054**	**121.618**
Receitas (despesas) operacionais		**(70.224)**	**(49.867)**
Administrativas e gerais	**24**	(22.139)	(19.895)
Vendas	**25**	(47.431)	(41.749)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**27**	(654)	11.777
Lucro operacional		**34.830**	**71.751**
Receitas financeiras	**26**	32.075	77.453
Despesas financeiras	**26**	(16.143)	(12.686)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**15.932**	**64.767**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**50.762**	**136.518**
IRPJ E CSLL – Correntes	**28**	(8.155)	(12.090)
IRPJ E CSLL – Diferidos	**28**	(3.132)	(5.306)
Lucro líquido do exercício		**39.475**	**119.122**
Lucro por lote de mil ações (em R$ 1,00)		**56,39**	**170,17**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Papirus Indústria de Papel S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	**39.475**	**119.122**
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	2.097	-
(=) Resultado Abrangente do Período	**41.572**	**119.122**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Papirus Indústria de Papel S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Em 31 de dezembro de 2023		**10.046**	**55.320**	**2.009**	**116.235**	**-**	**-**	**183.610**
Realização da Reserva de Reavaliação	21	-	(105)	-	-	-	105	-
Reversão da Depreciação Reavaliada	21	-	-	-	-	-	(60)	(60)
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	119.122	119.122
Constituição Reserva de Lucros	21	-	-	-	89.375	-	(89.375)	-
Dividendos propostos	20	-	-	-	-	-	(29.792)	(29.792)
Em 31 de dezembro de 2024		**10.046**	**55.215**	**2.009**	**205.610**	**-**	**-**	**272.880**
Provisão Atuarial Benefício Pós Emprego	**16**	-	-	-	(18.254)	-	-	(18.254)
Em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	**2.6**	**10.046**	**55.215**	**2.009**	**187.356**	**-**	**-**	**254.626**
Realização da Reserva de Reavaliação	21	-	(3.609)	-	-	-	3.609	-
Aumento de Capital		207.619	-	(2.009)	(205.610)	-	-	-
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	-	39.475	39.475
Constituição Reserva Legal	21	-	-	1.974	-	-	(1.974)	-
Constituição Reserva de Lucros	21	-	-	-	29.956	-	(29.956)	-
Dividendos propostos	20	-	-	-	-	-	(11.549)	(11.549)
IR e CS sobre Reserva de Reavaliação, Líquido		-	1.227	-	-	-	(641)	586
Ajuste Provisão Atuarial Benefício Pós Emprego		-	-	-		2.097	-	2.097
Créditos Impostos Utilização Lei do Bem		-	-	-			1.036	1.036
Em 31 de dezembro de 2025		**217.665**	**52.833**	**1.974**	**11.702**	**2.097**	**-**	**286.271**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Papirus Indústria de Papel S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Em 31 de dezembro
Em milhares de reais

1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	2025	2024 Reapresentado Nota 2.6
Resultado do Exercício Antes dos Impostos		**50.762**	**136.518**
Itens que não afetam o caixa:			
(+) Resultado na Venda de Ativo Imobilizado		138	1.326
(+) Depreciação e amortização		7.455	307
(-) Ganho redução multa e juros parcelamento PGDAU		(6.032)	(81.452)
(-) Custo Financeiro Provisão Atuarial Benefício Pós Emprego		(176)	-
(-) Aumento de Clientes		(20.404)	(3.837)
(-) Aumento de Estoques		(6.311)	(10.002)
(+) Redução Créditos Fiscais e Tributários		21.586	15.458
(+/-) Redução/Aumento Outros Créditos		2.395	(1.725)
(-/+) Aumento/Redução Depósitos Judiciais		(362)	1.804
(+) Aumento de Fornecedores		5.906	5.348
(-) Redução Obrigações Tributárias		(16.808)	(12.538)
(+) Aumento Obrigações Sociais		715	246
(+/-) Aumento/Redução Provisão para Contingência		110	(530)
(+/-) Aumento/Redução Benefício Pós Emprego		(1.921)	18.254
(+/-) Aumento/Redução Outras Contas a Pagar		615	(1.434)
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		**37.668**	**67.743**
(-) Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(5.059)	(12.090)
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		**32.609**	**55.653**
2-Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
(+) Títulos e Valores Mobiliários		-	9.961
(-) Aquisição em Imobilizado	9	(10.195)	(3.374)
(=) Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento		**(10.195)**	**6.587**
3-Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
(-) Pagamento de Empréstimos e Juros	13	(20.811)	(24.892)
(+) Empréstimos e Provisão de Juros Tomados Capital Giro	13	20.552	22.748
(+/-) Provisão Atuarial Benefício Pós Emprego		2.097	(18.254)
(-) Pagamento de Dividendos	20	(62.145)	(14.704)
(=) Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento		**(60.307)**	**(35.102)**
4-AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(37.893)**	**27.138**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3	97.070	69.932
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	3	59.177	97.070
5-AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(37.893)**	**27.138**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A atividade da Empresa consiste, basicamente, na fabricação e comercialização no País e no exterior de papel cartão (cartões e cartolinas), tipos, duplex branco revestido reciclado, triplex branco revestido reciclado e outros cartões especiais.

A atividade da Empresa consiste na fabricação de papelcartão para embalagens e aplicações gráficas, com fibras recicladas (pós-industrial e pós-consumo) e fibras virgens certificadas e controladas, com certificação FSC®. Produzimos diversos tipos de papelcartão, em várias gramaturas, incluindo 100% reciclado e outros com 20% a 40% de fibras de papel reciclado, com alto desempenho nos processos de acoplamento e qualidade visual de superfície, sendo que atuamos no mercado interno e externo, atendendo diversos segmentos de mercado. O parque industrial esta localizado no Estado de São Paulo, na cidade de Limeira.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.5.

A Administração aprovou e autorizou a publicação destas demonstrações financeiras no dia 29 de julho de 2026.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º. de janeiro de 2024:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Essa alteração não teve impacto material para a Companhia.

Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:
(a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
(b) Para a data de início e fim do período de reporte:
(i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
(ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
(iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
(c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em (b) (i).
(d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2024.
A Administração da Companhia avaliou os impactos práticos associados com essas normas e concluiu que não há efeitos relevantes.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor
As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinarem se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

As alterações:

(a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI *test*"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

(c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de '*own use*', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:
- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, A Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

- A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.
Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são elaboradas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e apresentadas em milhares de reais.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

2.4 Resumo das principais práticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Ativos financeiros
Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

Reconhecimento e desreconhecimento
Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração
No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compensação
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Impairment
A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.
Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da "média ponderada móvel". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto dos produtos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Imobilizado
Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, acrescido de reavaliação espontânea e ajustado pelo valor de realização, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. De acordo com o CPC 27 "Ativo Imobilizado", a Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos ativos e, com base em laudo de avaliação, adotou as seguintes vidas úteis:

	Anos
Edificações	35
Máquinas e equipamentos	35
Veículos	5
Móveis e utensílios	15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Conforme facultado pelo ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 – o saldo remanescente da reserva de reavaliação passou a refletir o deemed cost do imobilizado na data de adoção do IFRS/ CPC, sendo a última em 31 de dezembro de 2007.

Contas a pagar aos fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Empréstimos
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Provisões
As provisões de custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.
Quando existentes, os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem prometido para um cliente. O ativo é transferido quando o cliente obtém o controle desse ativo. Para determinar o momento em que um cliente obtém o controle de um ativo prometido, a Companhia considera os seguintes indicadores: (i) a entidade tem um direito atual de pagamento do ativo; (ii) o cliente possui título legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente tem os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; (v) o cliente aceitou o ativo.

Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis e relevantes para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisões para contingências
A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, do Companhia e suas controladas. Adicionalmente, a Companhia também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente de combinação de negócios, quando aplicável. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa
Conforme descrito no item 2.4 da Nota 2, a Companhia efetua análises das contas a receber de outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização.

2.6 Reapresentação de cifras comparativas – correção de erros

A Companhia efetuou a correção do saldo referente ao "Passivo Atuarial" relacionado ao benefício pós emprego, uma distorção nas demonstrações financeiras emitidas anteriormente para o ano de 2024. Como resultado, as informações comparativas para o para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram reapresentadas para refletir os ajustes e a adequada divulgação dos valores.

A seguir apresentamos os ajustes nas demonstrações finaneiras de 2024 para refletir os valores reapresentados:

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

(a) Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024:

Passivo Circulante	**Originalmente Apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Benefício Pós Emprego Assist. Médica	-	1.621	1.621

Passivo Não Circulante	**Originalmente Apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Benefício Pós Emprego Assist. Médica	-	16.633	16.633

Patrimônio Líquido	**Originalmente Apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Reserva de Lucros	205.610	(18.254)	187.356

(b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido	**Originalmente Apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Reserva de Lucros	205.610	(18.254)	187.356

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	**2024**
Caixa Geral	25	27
Bancos Conta Movimento	996	1.066
Aplicação Financeira	58.156	95.977
Total	**59.177**	**97.070**

As aplicações em renda fixa, nas instituições financeiras, contemplam rendimentos médios de 101,5% a.m. em 2025 (102,0% a.m. em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. CLIENTES

	2025	**2024**
Clientes Mercado Interno	115.080	93.569
Clientes Exportação	16.740	18.072
Total	**131.820**	**111.641**
(-) PCLD	(9.862)	(10.087)
Total	**121.958**	**101.554**

A composição do saldo por vencimento é a seguinte:

	2025	**2024**
A vencer	112.422	93.616
Vencidos:		
Até 15 dias	2.061	1.565
De 16 a 30 dias	2.146	1.263
De 31 a 60 dias	1.227	1.275
De 61 a 90 dias	393	1.716
Acima de 91 dias	13.571	12.206
Total	**131.820**	**111.641**

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Devido o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, o ajuste a valor presente dos títulos é imaterial, independente da taxa de desconto utilizada.

Os saldos da provisão estimada para créditos em liquidação duvidosa no montante de R$ 9.862 em 2025 e R$ 10.087 em 2024, são considerados pela Administração como suficiente para cobrir as perdas por inadimplência, e estavam compostos da seguinte forma:

Descrição	**2025**	**2024**
PECLD - Clientes Mercado Interno	(9.700)	(9.700)
PECLD - Clientes Mercado Externo	(162)	(387)
Total	**(9.862)**	**(10.087)**
Clientes com 100% de PECLD	(8.038)	(8.038)
Clientes com 75% de PECLD	(802)	(392)
Clientes com 50% de PECLD	(852)	(1.280)
Clientes abaixo de 50% de PECLD	(170)	(377)
Total	**(9.862)**	**(10.087)**

5. ESTOQUES

	2025	**2024**
Matéria-Prima e Materiais Auxiliares	17.364	17.616
Produtos Acabados	37.675	31.112
Total	**55.039**	**48.728**

6. CRÉDITOS FISCAIS

6.1. CRÉDITOS FISCAIS – ATIVO CIRCULANTE

		2025	**2024**
ICMS		664	711
IRRF sobre Aplicações Financeiras		273	875
PIS		21	56
COFINS		96	257
Parcelamento REFIS Lei nº 11.941	**(a)**	1.540	1.540
Precatórios – Direitos Creditórios	**(b)**	515	770
IRPJ a Compensar		1.856	751
CSLL a Compensar		488	205
Total		**5.453**	**5.165**

(a) Valores pagos, referente ao parcelamento REFIS Lei nº 11.941/09, que serão pleiteados pelos assessores jurídicos.
(b) Composição do valor: Direitos Creditórios R$ 1.456 (-) Deságio R$ 941 em 2025 e R$ 2.156 (-) Deságio R$ 1.386 em 2024.

6.1. CRÉDITOS FISCAIS – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os créditos fiscais no montante de R$ 20.838 em 2024 (R$ 36.919 em 2023) foram pleiteados pela Companhia, através de processo na 1ª Vara da Justiça Federal de Piracicaba/SP, referente a restituição das parcelas de PIS e COFINS recolhidas com a inclusão do ICMS nas suas bases de cálculo referente ao período de 2007 em diante. Em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado e em decorrência desta decisão reconheceu no ativo um direito de crédito no

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

montante de R$ 75.879. Em janeiro de 2022 houve Despacho Decisório da Receita Federal do Brasil favorável à Companhia deferindo o direito para compensação do referido crédito. Em 2024 a empresa compensou, com impostos e contribuições federais, o montante de R$ 16.080. O total do saldo dos créditos fiscais no montante de R$ 20.838 em 2024, foi compensado com impostos federais no exercício de 2025.

6.2. IRPJ/CSLL SOBRE PREJUÍZO FISCAL

Os saldos de IRPJ e CSLL sobre Prejuízos Fiscais no montante de R$ 11.622 em 2025 (R$ 14.754 em 2024), foram originados em 2019, onde a Companhia reconheceu um ativo de direito de crédito de IRPJ e CSLL sobre o Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL no montante de R$ 48.275, tendo sido realizado até o exercício de 2025 o montante de R$ 36.653.

A Administração estima que os tributos diferidos ativos serão integralmente compensados até 2028.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Depósito em Juízo **(a)**	734	740
Depósito em Juízo Proc. 107/97 **(b)**	1.223	1.223
Depósito Judicial **(b)**	1.083	715
Total	**3.040**	**2.678**

(a) refere-se a depósitos recursais sobre processos trabalhistas em andamento.
(b) refere-se a depósitos judiciais sobre processos tributários em andamento.

8. OUTROS CRÉDITOS (Ativo não circulante)

Os saldos registrados no longo prazo de R$ 1.157 em 2025 (R$ 1.678 em 2024), refere-se a crédito de ICMS (controlado através do Livro CIAP) apurado sobre o ativo permanente, conforme Portaria CAT nº 41 de 06/05/2003.

9. IMOBILIZADO

	Taxas de Depreciação anual	2025	2024
Terrenos	-	24.984	24.984
Benfeitoria em Terrenos	2,86%	1.615	1.615
Edifícios	2,86%	56.079	56.079
Máquinas e Equipamentos	2,86%	161.748	159.484
Instalações, Móveis e Utensílios	2,86% a 10%	17.336	17.264
Veículos	20%	1.122	1.225
Computadores e Periféricos	20%	2.123	1.888
Imobilização em andamento	-	10.910	3.476
Outros	2,86%	640	640
Sub-Totais		**276.557**	**266.655**
Depreciações Acumuladas		(66.803)	(59.206)
Total Líquido		**209.754**	**207.449**

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

A movimentação ocorrida em 2025 foi a seguinte:

Descrição	Taxas de depreciação anual	Saldos em 31/12/2024	Adição (+)	Baixas (-)	Transferências (+/-)	Outros	Saldos em 31/12/2025
Terrenos	-	24.984	-	-	-	-	24.984
Benfeitoria em Terrenos	2,86%	1.615	-	-	-	-	1.615
Edifícios	2,86%	56.079	-	-	-	-	56.079
Máquinas e Equipamentos	2,86%	159.484	951	(41)	1.491	(137)	161.748
Instalações, Móveis e Utensílios	2,86% a 10%	17.264	87	(15)	-	-	17.336
Veículos	20%	1.225	-	(103)	-	-	1.122
Computadores e Periféricos	20%	1.888	63	-	190	(18)	2.123
Imobilização em andamento	-	3.476	9.155	(40)	(1.681)	-	10.910
Outros	2,86%	640	-	-	-	-	640
Sub-Totais		**266.655**	**10.256**	**(199)**	**-**	**(155)**	**276.557**
Depreciações Acumuladas							
Benfeitorias em Terrenos	2,86%	(728)	(34)	-	-	-	(762)
Edifícios	2,86%	(5.552)	(1.695)	-	-	-	(7.247)
Máquinas e Equipamentos	2,86%	(42.746)	(4.960)	7	-	-	(47.699)
Instalações, Móveis e Utensílios	2,86% a 10%	(8.349)	(567)	2	-	-	(8.914)
Veículos	20%	(1.078)	(25)	52	-	-	(1.051)
Computadores e Periféricos	20%	(424)	(367)	-	-	-	(791)
Outros	2,86%	(329)	(10)	-	-	-	(339)
Sub-Totais		**(59.206)**	**(7.658)**	**61**	**-**	**-**	**(66.803)**
Total Líquido		**207.449**	**2.598**	**(138)**	**-**	**(155)**	**209.754**

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

(a) Composição dos saldos

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 estão identificados a seguir:

Ativos financeiros	**2025**	**2024**
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	59.177	97.070
Contas a receber de clientes	121.958	101.554
	181.135	**198.624**

Passivos financeiros	**2025**	**2024**
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	48.327	41.984
Empréstimos	5.499	5.758
Benefício pós emprego assistência médica	16.333	18.254
	70.159	**65.996**

11. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de operações de empréstimos de longo prazo, bem como sobre as aplicações financeiras de curto prazo.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

	Indexador	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Passivo (empréstimos e financiamentos)	CDI	5.499	5.758

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para contas a receber, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, exceto àquela que já foram objeto de constituição de provisão para perdas.

12. INTANGÍVEL

Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	Taxas de amortização anual	Saldos em 31/12/2024	Adição (+)	Saldos em 31/12/2025
Softwares	20%	4.807	93	4.900
Sub-Totais		**4.807**	**93**	**4.900**
Amortizações Acumuladas		(2.473)	(437)	(2.910)
Total Líquido		**2.334**	**(344)**	**1.990**

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) 2025

Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	Curto Prazo	Longo Prazo
Vendor	2026	1,39% am	5.499	-
Total				**-**

b) 2024

Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	Curto Prazo	Longo Prazo
Capital de Giro	2025	(CDI + 0,38%am)	11	-
Vendor	2025	1,30% am	5.747	-
Total			**5.758**	**-**

A movimentação ocorrida em 2025 foi a seguinte:

BANCO	SALDO EM 31/12/24	PAGTO PRINCIPAL	PGTO JUROS	ESTORNOS COMPL.JRS	ENTRADA	SALDO 31/12/2025
Banco do Brasil Vendor	5.747	(20.794)	-	-	20.546	5.499
Daycoval	11	(11)	(6)	6	-	-
TOTAIS	**5.758**	**(20.805)**	**(6)**	**6**	**20.546**	**5.499**

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2025	2024
Contribuição ao INSS	1.162	1.111
Contribuição ao FGTS	391	359
Provisão para Férias	5.319	4.566
Provisão Part. Resultado a Pagar	1.301	1.460
Outros	709	670
Total	**8.882**	**8.166**

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os saldos são representados por débitos de impostos e contribuições, inclusive os impostos e encargos objeto de parcelamentos, registrados por seus valores originais e acrescidos de encargos moratórios, deduzidos das amortizações efetivamente ocorridas.

	2025		2024	
	Curto Prazo	**Longo Prazo**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**
IPI	1.303	-	1.027	-
ICMS – Intercorrente	1.260	-	1.076	-
PIS	109	-	34	-
COFINS	537	-	167	-
CSLL – Retido na Fonte	12	-	7	-
Parcelamento Negócio Jurídico Processual - NJP **(a)**	2.036	15.935	5.048	42.645
Parcelamento Edital da PGFN – (PGDAU 01, 02 e 06 de 2024 e 04 de 2025) **(b)**	6.974	52.601	6.972	43.657
Provisão de IRPJ e CSLL	183	-	-	-
Provisão de IRPJ e CSLL sobre Reserva de Reavaliação	-	22.625	-	23.852
Outros	1.676	1.133	1.416	1.454
Total	**14.090**	**92.294**	**15.747**	**111.608**

Observação:

(a) Refere-se a débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que foram parcelados através do Negócio Jurídico Processual ("NJP") em 08/2019 e que serão amortizados em 180 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela taxa SELIC.

(b) Refere-se aos parcelamentos de Impostos Federais, que constavam no parcelamento ("NJP") e que foram migrados para os parcelamentos da adesão à Transação Tributária, dos Editais PGDAU 01, 02 e 06 de 2024 e 04 de 2025, que serão amortizados em 120 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela SELIC.

16. BENEFÍCIO PÓS EMPREGO ASSISTÊNCIA MÉDICA

O plano consiste na concessão de assistência médica aos empregados aposentados e seus respectivos dependentes, com as seguintes características:

- Benefício de natureza assistencial
- Cobertura vitalícia
- Regime de custeio mutualista

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

- Participação financeira dos beneficiários
- Reajustes periódicos baseados no resultado técnico do plano (pós-pagamento)

Os benefícios são classificados como de benefício definido, conforme definição estabelecida pelo IAS 19 e pelo CPC 33.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Benefício Pós Emprego Assistência Médica (Passivo Circulante)	1.496	1.621
Benefício Pós Emprego Assistência Médica (Passivo Não Circulante)	14.837	16.633
Total	**16.333**	**18.254**

As premissas atuariais referentes às experiências de mortalidade são estabelecidas conforme a seguir:

a) Premissas Biométricas: Tábua de mortalidade: BR-EMS (Versão 2021), segregadas por gênero, sendo Sobrevivência Masculina ("BR-EMSsb-v.2021-m") para os beneficiários do sexo masculino e Sobrevivência Feminina ("BR-EMSsb-v.2021-f") para os beneficiários do sexo feminino.
b) Premissas Financeiras:
   - Custos Assistenciais Futuros (Inflação Médica): A projeção dos custos assistenciais futuros foi fundamentada na evolução histórica do VCMH (Variação dos Custos Médico-Hospitalares), conforme divulgado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS).
   - IPCA/IBGE Projetado: A premissa de inflação adotada nesta avaliação atuarial foi baseada no IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
   - Taxa de Desconto: A taxa de desconto adotada nesta avaliação atuarial foi baseada na estrutura a termo das taxas de juros reais, representada pela ETTJ IPCA (Estrutura a Termo da Taxa de Juros indexada ao IPCA), divulgada pela ANBIMA.

A movimentação da obrigação atuarial ao longo do período está apresentada a seguir:

Passivo Inicial em 01 de janeiro de 2024, Reapresentado.	**22.897**
(+) Custo Financeiro	227
(+/-) Ganhos Atuariais	(3.119)
(-) Benefícios Pagos	(1.751)
Passivo Final em 31 de dezembro de 2024, Reapresentado.	**18.254**

Passivo Inicial em 31 de dezembro de 2024, Reapresentado.	**18.254**
(+) Custo Financeiro	176
(+/-) Ganhos Atuariais	(391)
(-) Benefícios Pagos	(1.706)
Passivo Final em 31 de dezembro de 2025	**16.333**

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo de R$ 1.224 em 2025 (R$ 1.114 em 2024), refere-se a provisão para processos trabalhistas que a Empresa vem discutindo judicialmente e outras provisões relacionadas a políticas adotadas pela Empresa para cumprimento de reponsabilidade com terceiros. O saldo em 2025, referente as causas classificadas como prováveis, de natureza trabalhista, é de R$ 51, e o saldo das causas classificadas como possíveis, de natureza trabalhista, totalizam R$ 817.

18. FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores nacionais	45.276	39.370
Total	**45.276**	**39.370**

O saldo de fornecedores nacionais contempla substancialmente as compra de matéria-prima, sendo o prazo médio de pagamento de aproximadamente 36 dias em 2025 (34 dias em 2024).

19. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social de R$ 217.665 em 2025 (R$ 10.046 em 2024), totalmente subscrito e integralizado é composto por 700.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O Capital social foi aumentado conforme deliberação da AGE realizada em 29/12/2025 com registro na JUCESP em 24/02/2026.

20. DIVIDENDOS A PAGAR

O estatuto da Companhia assegura o mínimo de 25% ao acionista. A formação do dividendo a pagar constituído no encerramento das demonstrações contábeis está assim demonstrada:

	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	39.475	119.122
(-) Constituição de Reserva Legal	(1.974)	-
(+) Realização da Reserva de Reavaliação Líquida	2.968	45
Total	**40.469**	**119.167**
Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)	10.117	29.792
Dividendo Complementar	1.432	-
(=) Dividendos Propostos a Pagar	**11.549**	**29.792**
Composição do saldo		
Saldo inicial	**50.596**	**35.508**
(+) Dividendos Propostos a Pagar	11.549	29.792
(-) Dividendos Pagos no Exercício	(62.145)	(14.704)
Saldo final	**-**	**50.596**

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

21. RESERVA DE LUCROS

A movimentação da reserva de lucros nos exercícios encerrados, estão assim demonstradas:

	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	39.475	119.122
(-) Constituição de Reserva Legal	(1.974)	-
(-) Reversão da Depreciação Reavaliada	(641)	(60)
(+) Realização da Reserva de Reavaliação	3.609	105
(+) Créditos Impostos Utilização Lei do Bem	1.036	-
(-) Dividendos propostos	(11.549)	(29.792)
(=) Reserva de Lucros do Exercício	**29.956**	**89.375**
Composição do saldo		
Saldo inicial	205.610	116.235
(-) Aumento de Capital com Reservas de Lucros	(205.610)	-
(-) Provisão Atuarial Benefício Pós Emprego Assist. Médica	(16.157)	-
(+) Reserva de Lucros do Exercício	29.956	89.375
Saldo final	**13.799**	**205.610**

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Vendas de produtos à vista	29.441	31.241
Vendas de produtos a prazo	626.149	586.039
Vendas de produtos exportação	44.976	52.520
Vendas de produtos (industrializados)	5.264	4.212
Vendas de serviços	9.868	7.128
Total Receita Bruta	**715.698**	**681.140**
(-) Devoluções mercado interno	(2.601)	(2.091)
(-) Devoluções mercado externo	(1.081)	(2.775)
(-) IPI	(19.563)	(18.608)
(-) ICMS	(86.417)	(84.012)
(-) PIS sobre faturamento	(9.272)	(8.592)
(-) COFINS sobre faturamento	(42.706)	(39.575)
(+) Impostos sobre devoluções	617	505
Total	**554.675**	**525.992**

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

23. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

	2025	2024
Consumo de matéria prima, químicos, embalagens, serviços de industrialização e transferências para estoques	(308.487)	(283.294)
Materiais compras direta	(44.722)	(41.003)
Remunerações	(24.938)	(22.872)
Encargos trabalhistas	(27.325)	(25.703)
Utilidades diversas	(36.957)	(30.393)
Despesas administrativas	(232)	(324)
Despesas fixas	(638)	(1.119)
Depreciação e amortização	(6.694)	-
Despesas absorvidas por outros setores	372	334
Total	**(449.621)**	**(404.374)**

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2025	2024
Materiais	(304)	(282)
Remunerações	(4.366)	(4.063)
Encargos trabalhistas	(6.763)	(6.495)
Utilidades diversas	(7.430)	(5.981)
Diversas	(1.940)	(2.449)
Diversas fixas	(253)	(291)
Depreciação e amortização	(711)	-
Despesas absorvidas	(372)	(334)
Total	**(22.139)**	**(19.895)**

25. DESPESAS COM VENDAS

	2025	2024
Materiais	(419)	(296)
Remunerações	(4.437)	(4.190)
Encargos trabalhistas	(5.132)	(4.698)
Utilidades diversas	(8.801)	(7.567)
Diversas administrativas	(971)	(943)
Diversas fixas	(566)	(537)
Depreciação e amortização	(50)	-
Despesas de comercialização	(27.055)	(23.518)
Total	**(47.431)**	**(41.749)**

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

26. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Juros ativos	1.331	4.288
Rendimento de aplicação financeira CDB	11.866	7.332
Variação monetária exportação	655	2.895
Deságio precatórios	445	1.367
Juros sobre aplicações	1.610	1.142
Redução de juros sobre parcelamentos PGDAU	12.618	59.529
Outras receitas financeiras	3.550	900
Total receitas financeiras	**32.075**	**77.453**
Despesas Financeiras		
Encargos financeiros	(5.389)	(5.517)
Atualização parcelamento neg. jurídico processual	(572)	(2.683)
Atualização parcelamento PGAU	(7.125)	(2.192)
Juros financeiros capital giro e fixo	-	(780)
Variação monetária e juros de exportação	(1.352)	(60)
Descontos concedidos	(902)	(754)
Outras despesas financeiras	(803)	(700)
Total despesas financeiras	**(16.143)**	**(12.686)**
Total	**15.932**	**64.767**

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Descrição	**2025**	**2024**
Receitas Operacionais		
Venda energia elétrica adquirida	416	4.239
Redução de multa e honorários sobre parcelamentos PGDAU	4.006	21.924
Outras receitas operacionais	643	636
Total receitas operacionais	**5.065**	**26.799**
Despesas Operacionais		
Diversas tributárias	(3.520)	(3.592)
Aquisição energia elétrica para revenda	(788)	(7.919)
Multas não dedutíveis	(4)	(2.051)
Provisão outras contingências indenizatórias	(1.200)	(960)
Outras despesas diversas eventuais	(207)	(500)
Total outras despesas operacionais	**(5.719)**	**(15.022)**
Total	**(654)**	**11.777**

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A Companhia pelo regime de tributação do lucro real anual, com recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e da CSLL. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

i. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos;

   Os valores de imposto de renda e contribuição social demostrados no resultado dos exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base nas alíquotas nominais vigentes:

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

	2025	2024
Imposto Corrente		
Lucro antes dos impostos	50.762	136.518
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	17.259	46.416
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Adições e exclusões temporárias sem constituição de diferido	(156)	(181)
Receitas e despesas não dedutíveis para fins de impostos	(5.738)	(26.895)
Adições e exclusões depreciação fiscal e contábil	578	(1.675)
Incentivos fiscais (Inc. PRONAC-Lei Rouanet e PAT)	(198)	(268)
Utilização de prejuízos fiscais	(3.590)	(5.307)
IRPJ e CSLL apurados	**8.155**	**12.090**

Docusign Envelope ID: C40C7A34-14D6-8269-804D-386B58804562

ii. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:**
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrente.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos demostrados no resultado dos exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024 apresentam os seguintes valores:

Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

	2025	**2024**
Prejuízo fiscal e BC negativa de CSLL utilizados para compensação de impostos	(10.559)	(15.608)
IRPJ e CSLL diferidos - sobre prejuízo fiscal compensado	(3.132)	(5.306)

* * *